



Coleção
A Candeeira

Lição 13

INDEPENDÊNCIA DOS EUA

No século XVIII, as treze colônias americanas, sob domínio britânico, estavam impregnadas de uma crescente insatisfação que culminaria na busca pela independência. As causas dessa insatisfação eram variadas e profundas, refletindo um acúmulo de tensões que, com o tempo, se tornou insustentável para os colonos. Uma das questões cruciais que levaram a essa insatisfação foi a imposição de altos impostos e taxas pela Grã-Bretanha.

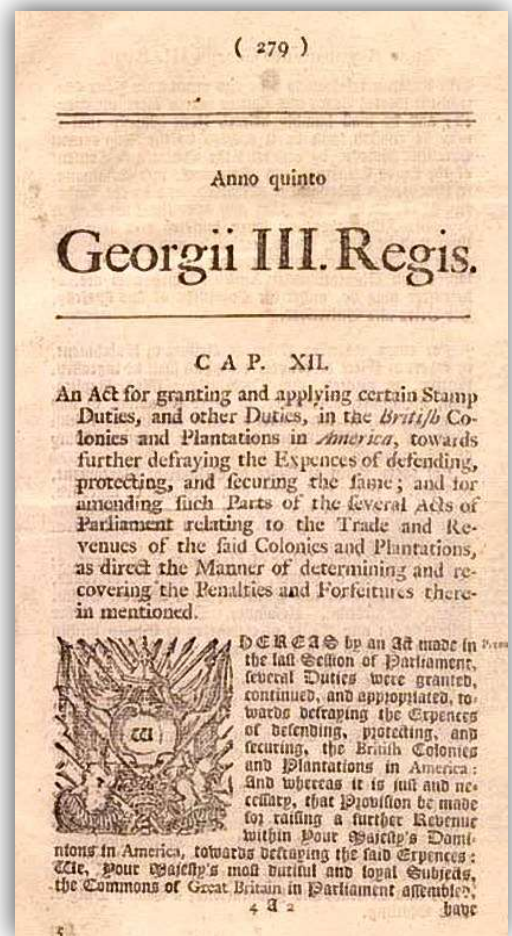
Início das tensões

A partir de meados do século XVIII, o governo britânico, sob pressão financeira devido às despesas da Guerra dos Sete Anos e outros tantos conflitos, começou a adotar uma série de medidas para aumentar a receita nas colônias americanas. Até então, a colonização inglesa se tinha pautado na **autonomia** das Treze Colônias e na **pouca interferência** da Coroa nos assuntos internos.

A relação entre colônia e metrópole realmente começou a ficar ruim quando a política da Coroa inglesa em relação a suas colônias se modificou. Os monarcas ingleses começaram a administrar as colônias à distância, proibindo o avanço dos colonos ao oeste, em busca de novas terras, colocando tropas inglesas na América, para fiscalizar o povo, e principalmente colocando altos impostos nos produtos da colônia.

Dentre as principais leis criadas pela metrópole inglesa, podemos citar:

- **Lei do Selo:** estipulava que em publicações como contratos, jornais e documentos públicos, em geral, deveria constar um selo que era pago à Coroa;

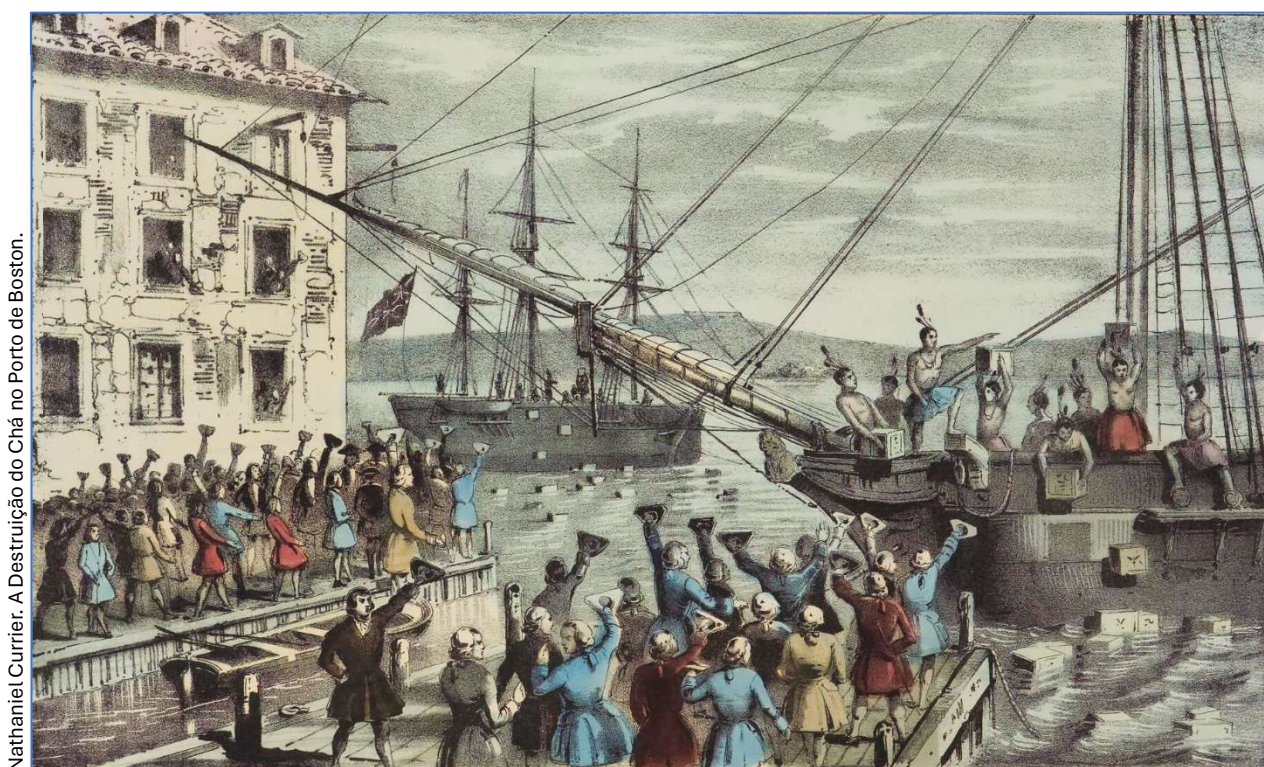


Um jornal de 1765 falando da Lei do Selo

- **Lei do Açúcar:** aumentava os impostos sobre o açúcar e outros artigos, como vinho, café e seda;
- **Lei da Moeda:** proibia a emissão de papéis de crédito nas Treze Colônias;
- **Lei da Hospedagem:** determinava que os colonos deveriam abrigar os soldados enviados pela Coroa.
- **Atos Townshed:** aumentava impostos sobre vidros, corantes e chá.

Descontentamento e reação

À medida que a Grã-Bretanha continuou a impor novos impostos e regulamentações comerciais, como o **Ato do Chá** em 1773, os colonos intensificaram suas formas de resistência. Este Ato determinava que o chá nas Treze Colônias somente seria vendido pela Companhia das Índias Orientais. A insatisfação com a lei levou 150 colonos, disfarçados de índios, a invadir o porto de Boston durante a madrugada, atacar três navios e jogar ao mar 340 caixas de chá.



Nathaniel Currier. A Destruição do Chá no Porto de Boston.

Os colonos começaram a organizar boicotes comerciais, recusando-se a comprar produtos britânicos e a participar do comércio que beneficiava a metrópole. A emblemática “*Boston Tea Party*”, de 1773, foi um exemplo notório dessa resistência, na qual os colonos jogaram cargas de chá britânico ao mar como um protesto direto contra o imposto sobre o chá. Concomitantemente, a agitação popular aumentou nas colônias. A intensificação das medidas fiscais levou a uma escalada na agitação política e nas manifestações de rua.



Gravura. Extraída da *London Magazine*. O primeiro-ministro Lord North, autor da Lei do Porto de Boston, força os “Atos Intoleráveis”, ou chá, garganta abaixo da América. Atrás deles, a Mãe Britânica chora impotente. Este cartoon britânico foi rapidamente copiado e distribuído por Paul Revere

Leis intoleráveis

A resposta da Grã-Bretanha às crescentes revoltas nas colônias americanas foi marcada por uma série de medidas enérgicas destinadas a reafirmar sua autoridade sobre as colônias rebeldes. Conforme as tensões aumentavam, especialmente após eventos como a Boston Tea Party de 1773, o governo britânico decidiu adotar uma abordagem mais punitiva para conter a agitação nas colônias.

Em 1774, o Parlamento britânico aprovou um conjunto de leis que ficariam conhecidas como as “Leis Intoleráveis” ou os “Atos Coercitivos”. Essas leis foram projetadas para impor punições severas às colônias, especialmente a Massachusetts, que era considerada o epicentro da agitação.

A primeira dessas leis, a **Lei do Porto de Boston**, tinha como alvo direto a cidade de Boston. Esta lei determinava o fechamento do Porto de Boston até que os danos causados durante a Boston Tea Party fossem pagos integralmente. Isso teve um impacto devastador na economia local, pois o porto era vital para o comércio e o sustento da cidade.

A segunda medida, a **Lei de Governo de Massachusetts**, restringiu drasticamente a autonomia da colônia. Ela autorizou o governador nomeado pelo rei a nomear membros do Conselho Executivo, retirando esse poder das assembleias coloniais. Isso diminuiu significativamente a capacidade das colônias de governar-se a si mesmas.

A terceira lei, a **Lei de Administração da Justiça**, permitiu que funcionários britânicos acusassem funcionários coloniais de crimes relacionados à repressão de tumultos e protestos. Esses casos seriam julgados em tribunais britânicos, o que aumentou o sentimento de injustiça nas colônias.

Por fim, a Lei de Alojamento de Soldados autorizou que soldados britânicos fossem alojados nas casas dos colonos, o que foi considerado uma violação de privacidade e uma imposição indesejada.

Desejo de independência

As Leis Intoleráveis, impostas pela Grã-Bretanha em resposta às revoltas coloniais nas treze colônias americanas, desempenharam um papel crucial na geração do desejo de

independência entre os colonos. Essas medidas opressivas foram percebidas como uma escalada na repressão britânica e ajudaram a consolidar o sentimento de que a independência era a única maneira de garantir a liberdade.

No dia 5 de setembro a 26 de outubro de 1774, delegados das treze colônias americanas, com exceção da Geórgia, na Filadélfia, se reuniram para deliberar sobre como responder às Leis Intoleráveis. Este evento é conhecido como **Primeiro Congresso Continental da Filadélfia**.

Durante o congresso, os delegados discutiram várias questões, incluindo a necessidade de unidade entre as colônias, a recusa em importar produtos britânicos, a criação de comitês de correspondência para manter a comunicação entre as colônias e a preparação para uma resistência mais forte contra a Grã-Bretanha. Além disso, os participantes concordaram em emitir uma petição ao Rei George III e ao Parlamento britânico, conhecida como a “Petição de Suffolk,” que expressava suas queixas e reivindicações.



Delegados de doze das treze colônias que acabariam se juntando à Guerra Revolucionária Americana se reuniram de 5 de setembro a 26 de outubro de 1774 no Carpenter's Hall, na Filadélfia, para discutir as respostas ao aumento da repressão britânica. Esta convenção, o Primeiro Congresso Continental, declarou formalmente que os colonos deveriam ter os mesmos direitos que os ingleses; eles também concordaram em formar a Associação Continental, que pedia a suspensão do comércio com a Grã-Bretanha.

Primeiras batalhas

Em resposta às petições do congresso, o Rei George III e o Parlamento britânico adotaram uma abordagem de repressão e não reconhecimento das preocupações dos colonos. A metrópole logo respondeu enviando soldados à colônia, pois entendiam que as tensões só aumentavam e que a possibilidade de um conflito passara a ser realidade.

O ponto de ignição ocorreu na noite de 18 de abril de 1775, quando as forças britânicas sob o comando do general Thomas Gage receberam ordens para confiscar armas e suprimentos militares que os colonos armazenavam em Concord, Massachusetts. Os britânicos acreditavam que essas ações eram necessárias para impedir a crescente agitação e resistência nas colônias.

No entanto, os colonos haviam recebido informações de que as forças britânicas planejavam agir. Paul Revere e William Dawes fizeram um famoso passeio noturno para alertar

as milícias coloniais sobre a iminente chegada das tropas britânicas. Os milicianos locais, conhecidos como Minutemen, começaram a se mobilizar para enfrentar os britânicos.

A primeira troca de tiros ocorreu na cidade de Lexington, quando as forças britânicas encontraram um grupo de Minutemen na Lexington Green. Embora seja incerto quem disparou o primeiro tiro, o confronto resultou em tiros sendo disparados por ambos os lados. Nesse breve confronto, oito milicianos coloniais foram mortos e dez ficaram feridos, enquanto apenas um britânico foi ferido.

Os britânicos continuaram sua marcha em direção a Concord, onde encontraram mais resistência das milícias coloniais. Em Concord, eles conseguiram destruir alguns suprimentos, mas a presença crescente das milícias coloniais os forçou a recuar em direção a Boston.



Commons



Independência dos EUA

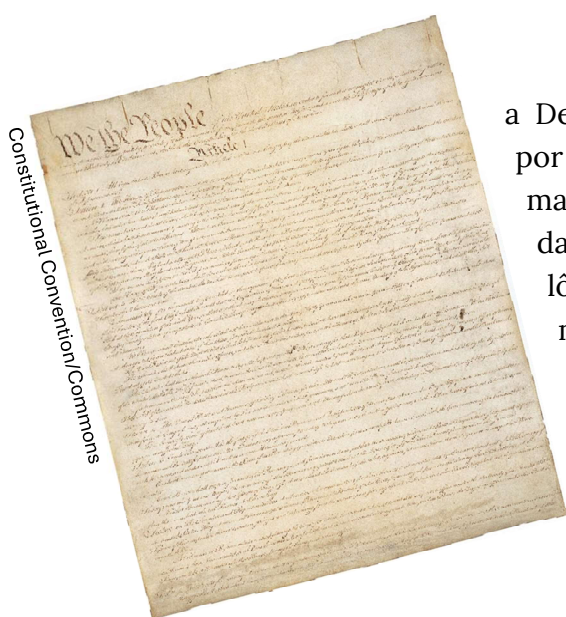
O Segundo Congresso Continental, realizado na Filadélfia a partir de 10 de maio de 1775, foi um dos eventos mais significativos na história dos Estados Unidos e marcou uma fase crucial na luta das colônias americanas pela independência da Grã-Bretanha.

Durante o Segundo Congresso Continental, os delegados das colônias continuaram a discutir a melhor maneira de responder à crescente hostilidade britânica. Um dos primeiros atos importantes do congresso foi a nomeação de **George Washington** como comandante em chefe das forças continentais. Washington traria sua liderança e experiência militar para coordenar as tropas coloniais.

No entanto, a questão da independência ainda não era consenso entre os delegados. Muitos ainda esperavam alcançar um compromisso com a Grã-Bretanha que preservasse algum grau de autonomia colonial. Foi durante o Segundo Congresso Continental que a questão da independência começou a ganhar força.

O ponto de viragem para a independência veio com a apresentação da “Resolução de Lee” em 7 de junho de 1776 pelo delegado Richard Henry Lee da Virgínia. A resolução declarava que “as colônias unidas são, e de direito devem ser, Estados livres e independentes”. O congresso então nomeou um comitê composto por Thomas Jefferson, John Adams, Benjamin Franklin, Roger Sherman e Robert R. Livingston para redigir uma **declaração de independência**.

Howard Chandler Christy. A assinatura da Constituição dos Estados Unidos



Em 4 de julho de 1776, o Congresso Continental adotou a Declaração de Independência, redigida principalmente por **Thomas Jefferson**. Esta proclamação eloquente afirmava os princípios fundamentais da independência, igualdade e liberdade e anunciava a separação formal das colônias americanas da Grã-Bretanha. Este ato histórico marcou o nascimento dos Estados Unidos como uma nação independente.

Aprofundando...

A maçonaria no processo de independência

Segundo Ana Lia Alvarez e Eduardo Callaey (2010), os ideais maçônicos entraram nas colônias a partir do século XVIII, em especial pelos oficiais dos regimentos britânicos, mas recebeu grande adesão dos colonos. Em 1730 foi criada a Casa Maçônica de Massachussetts. Na América, a maçonaria agiu em defesa dos ideais liberais de forma intensa, e, segundo os mencionados autores, orientou todo o processo de independência. O primeiro presidente dos Estados Unidos, George Washington, era maçom, e foi escolhido “a dedo” pela maçonaria, pois seu pensamento anticristão era a peça-chave para uma revolução completa social, política e religiosa, tornando o estado laico em pouco tempo de governo.

Guerra de Independência

A Guerra de Independência dos Estados Unidos se estendeu por um período de cinco anos, durante os quais os colonos americanos defendiam sua independência através do Exército Continental, uma força militar criada pouco após a declaração de independência. Em resposta ao conflito em curso e à necessidade de autodefesa, os Estados Unidos desenvolveram um dispositivo legal que permitia aos cidadãos armarem-se. Esse princípio fundamental acabou sendo incorporado à Constituição do país.

Os britânicos, por sua vez, enviaram uma série de comandantes de destaque para liderar suas tropas na América. Além disso, contaram com o apoio de alguns colonos leais à Coroa Britânica, que forneceram informações importantes. Enquanto isso, os colonos americanos se uniram contra os britânicos, principalmente devido à brutalidade com que eram tratados durante a guerra.

Nesse contexto, franceses e espanhóis ingressaram no conflito, fornecendo apoio crucial aos americanos. Tanto a França quanto a Espanha tinham interesses em enfraquecer a posição britânica no continente americano e viram na independência das colônias americanas uma oportunidade para alcançar seus objetivos. A vitória final dos colonos americanos foi conquistada após a Batalha de Yorktown, que ocorreu em 19 de outubro de 1781. Como resultado desse triunfo, os britânicos reconheceram a independência dos Estados Unidos por meio da assinatura do Tratado de Paris em 1783.



Essa luta pela independência marcou um capítulo importante na história não apenas dos Estados Unidos, mas também do mundo, desencadeando movimentos de independência em vários países, inclusive o Brasil.

Atividade

1. Quais foram as principais causas da insatisfação das Treze Colônias americanas em relação ao domínio britânico no século XVIII? Como essas causas contribuíram para o surgimento do desejo de independência?
2. Como a organização política dos colonos americanos, exemplificada pelo Primeiro e pelo Segundo Congresso Continental, contribuiu para o processo de independência? Quais foram as principais decisões e eventos que ocorreram durante esses congressos?
3. Analise o papel da maçonaria no processo de independência dos Estados Unidos, conforme descrito no texto. Como os ideais maçônicos influenciaram e orientaram o movimento pela independência?
4. Descreva o desenvolvimento da Guerra de Independência dos Estados Unidos, destacando os principais eventos, participantes e fatores que contribuíram para a vitória dos colonos americanos sobre as forças britânicas.
5. Qual foi o impacto da Guerra de Independência dos Estados Unidos não apenas na história do país, mas também em escala global? Como esse conflito inspirou movimentos de independência em outros países, incluindo o Brasil?
6. Discuta o papel das potências estrangeiras, como a França e a Espanha, no apoio aos colonos americanos durante a Guerra de Independência. Como esse apoio foi crucial para o desfecho do conflito?

Lição 17

CONJURAÇÕES NO BRASIL

Marquês de Pombal

O Marquês de Pombal, figura central no cenário político português do século XVIII, deixou um legado marcante não apenas na metrópole, mas também nas colônias, especialmente no Brasil. Sebastião José de Carvalho e Melo, **déspota esclarecido**, conhecido como Marquês de Pombal, ascendeu ao poder como ministro do rei Dom José I de Portugal em 1750. Sua gestão foi caracterizada por uma série de reformas econômicas e administrativas que visavam fortalecer o domínio português sobre suas colônias e modernizar a estrutura do Estado.

No contexto econômico, o Marquês de Pombal implementou políticas que tinham como objetivo principal aumentar a exploração dos recursos coloniais em benefício da metrópole. Para isso, promoveu a centralização do poder econômico e a intervenção estatal na atividade comercial. Criou companhias monopolistas, como a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia de Comércio do Estado do Brasil, com o intuito de controlar o comércio colonial e aumentar a arrecadação de impostos.

No âmbito administrativo, o Marquês de Pombal realizou uma profunda reestruturação do sistema burocrático colonial. Redesenhou a divisão territorial, criando novas capitanias e reorganizando a administração local, subordinando-a diretamente ao poder central em Lisboa e também, transferindo a capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro. Além disso, promoveu uma maior presença do Estado nas atividades cotidianas das colônias, implementando medidas de controle e fiscalização mais rigorosas.



Louis-Michel van Loo. Retrato do Marquês de Pombal

Apesar de suas intenções modernizadoras, as reformas de Pombal geraram resistência e descontentamento entre as elites coloniais, que se viram prejudicadas pelos monopólios comerciais e pela crescente intervenção do Estado em seus interesses econômicos. Essas tensões culminaram em diversas revoltas, como a Conjuração Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798), movimentos que expressavam a insatisfação com o domínio colonial português e buscavam a emancipação política e econômica das colônias brasileiras.

Aprofundando...

Marquês de Pombal e os jesuítas

A expulsão dos jesuítas do Brasil foi motivada por uma série de fatores complexos e interligados, cada um contribuindo para a decisão final de banir a Companhia de Jesus do território colonial português.

- **Ódio do Marquês de Pombal aos jesuítas:** O Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, era um fervoroso crítico dos jesuítas e nutria profundo ódio ao clero e à Igreja Católica. Inspirado pelas ideias iluministas, Pombal via na Companhia de Jesus um obstáculo aos seus planos de modernização e centralização do poder. Ele via os jesuítas como uma influência conservadora e contrária aos ideais progressistas que buscava implementar.

- **Disputas entre Portugal e Espanha por territórios jesuíticos:** a região das Missões, onde os jesuítas espanhóis haviam estabelecido uma imensa colônia chamada

Sete Povos das Missões, tornou-se um ponto de conflito entre Portugal e Espanha. O Tratado de Madri, em 1750, estabeleceu a transferência da região das Missões para o controle português em troca da Colônia de Sacramento. No entanto, as negociações foram tumultuadas e não resultaram na entrega efetiva dos territórios conforme o previsto, culminando em tensões e conflitos posteriores.



Lith. Paulo Robin/Commons

- **Ódio despertado pela obra jesuítica:** os jesuítas haviam desempenhado um papel significativo na colonização e na evangelização das populações indígenas na região das Missões. Seu sucesso despertou inveja e hostilidade entre seus adversários, que viam a Companhia de Jesus como uma ameaça aos seus interesses políticos, econômicos e territoriais.

Diante desse contexto de tensões políticas, conflitos territoriais e rivalidades ideológicas, o Marquês de Pombal encontrou o pretexto perfeito para perseguir e expulsar os jesuítas do Império português. Através de medidas repressivas e arbitrários, ele conseguiu banir a Companhia de Jesus do Brasil e de todos os domínios portugueses, deixando um vácuo na administração colonial e alterando irreversivelmente o cenário político, religioso e educacional do Brasil.

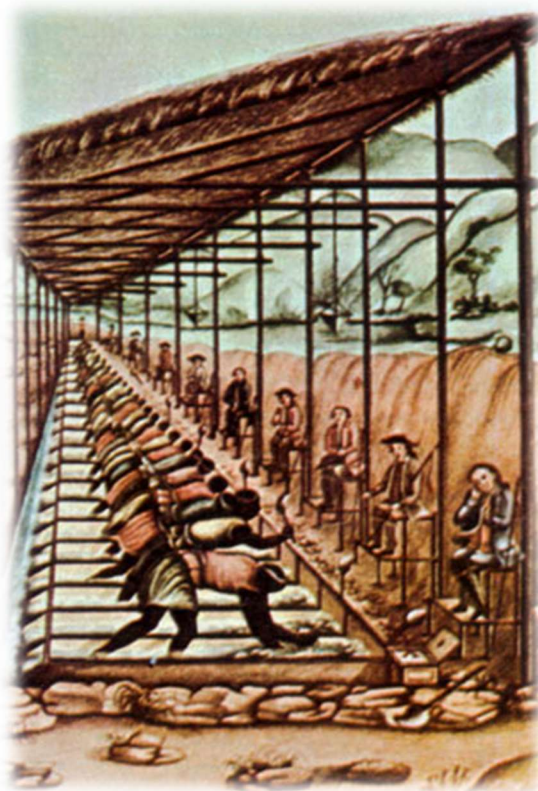
Conjuração Mineira

A Conjuração Mineira, também conhecida como Inconfidência Mineira, foi um importante movimento de revolta contra o domínio colonial português que teve lugar na região das Minas Gerais, no final do século XVIII. A Conjuração mineira foi motivada externamente e internamente.

Externamente, a notícia da independência dos EUA repercutiu em diversos países e universidades, instigando jovens intelectuais influenciados pela ideologia iluminista a levar tais ideais de separação a seus respectivos países.

Internamente, o problema foi econômico, mais voltado para a taxação de impostos aos mineradores da região de Minas Gerais. O **quinto**, uma das principais formas de arrecadação de recursos para a Coroa portuguesa, consistia na cobrança de um imposto equivalente a um quinto (20%) de todo o ouro extraído nas minas brasileiras. Instituído no século XVI, durante o período colonial, o quinto representava uma das fontes mais significativas de receita para Portugal, contribuindo substancialmente para a manutenção do império e o financiamento de suas atividades militares e administrativas.

Contudo, a aplicação rigorosa do quinto, aliada à crescente demanda de ouro por parte da Coroa, gerava uma série de conflitos e tensões entre os mineiros e as autoridades coloniais. Os mineradores, submetidos a pesadas taxações e frequentemente sujeitos a abusos por parte dos fiscais reais, viam seus lucros reduzidos drasticamente, enquanto a metrópole enriquecia às custas do esforço e do suor dos trabalhadores das minas.



Commons

Além do quinto, outro fator que contribuiu para a insatisfação dos mineiros foi a ameaça constante da **derrama**. A derrama era uma medida adotada pela Coroa portuguesa em casos de não cumprimento das quotas de arrecadação do quinto. Quando as autoridades coloniais não conseguiam coletar a quantidade estipulada de ouro, era decretada a derrama, uma espécie de imposto de emergência que incidia sobre toda a população da região, independentemente de sua condição ou envolvimento na extração do ouro. Isso significava que todos os habitantes, ricos ou pobres, eram obrigados a contribuir com uma quantia determinada, sob pena de confisco de bens e outras punições.

Tiradentes

Tiradentes, nascido em 1746 na então Vila de São José (hoje Tiradentes, em Minas Gerais), era um militar de origem modesta que se destacava pela insatisfação com o domínio colonial português. Como alferes (patente militar), ele travou contato com diversas figuras influentes da sociedade mineira, incluindo intelectuais, comerciantes e membros da elite local, que compartilhavam de suas ideias revolucionárias iluministas.

O papel de Tiradentes na Conjuração Mineira foi o de um dos principais articuladores e propagandistas do movimento. Ele viajou por diversas cidades das Minas Gerais, buscando apoio e recrutando simpatizantes para a causa da independência e da libertação do jugo português. Por meio de reuniões secretas, correspondências e discursos inflamados, Tiradentes conseguiu angariar um número significativo de adeptos que compartilhavam de sua visão de uma pátria livre.



Entretanto, a conspiração acabou sendo descoberta pelas autoridades coloniais em 1789, antes que pudesse ser colocada em prática. Uma série de denúncias levou à prisão de diversos participantes do movimento, incluindo Tiradentes, que foi capturado no Rio de Janeiro. Após um longo processo judicial, no qual ficou evidente sua liderança na conjuração, Tiradentes foi condenado à morte por enforcamento e esquartejamento, em uma tentativa das autoridades coloniais de desencorajar futuras revoltas e dissidências.

Conjuração Baiana

A Conjuração Baiana, também conhecida como **Revolta dos Alfaiates**, foi um movimento de cunho emancipacionista que ocorreu na então província da Bahia, no final do século XVIII. Assim como a Conjuração Mineira, a Conjuração Baiana foi motivada por uma série de turbulências sociais, políticas e econômicas entre colônia e metrópole.

No final do século XVIII, a Bahia era uma das mais importantes regiões da colônia portuguesa no Brasil. Sua capital, Salvador, era um centro econômico e cultural, onde se concentravam não apenas riquezas naturais, mas também uma população diversificada, composta por escravos, libertos, comerciantes, artesãos e intelectuais.



No entanto, assim como em outras partes do Brasil colonial, a sociedade baiana era marcada por profundas diferenças sociais e econômicas. As camadas mais baixas da população sofriam com a exploração, a escravidão e a pressão impostas pelo sistema colonial, enquanto as elites dominantes usufruíam dos privilégios e benefícios advindos da manutenção do *status quo*. Mas o principal fator, novamente, foram os ideais iluministas.

Havia, na Bahia, em 1797, uma loja maçônica chamada “Cavaleiros da Luz”, no arrabalde da Barra, fundada pelo francês Larcher. Em um ano de funcionamento e de divulgação dos ideais maçônicos e iluministas à sociedade, instigou-se na população os ideais de revolução. A Conjuração Baiana teve como principais ideais a busca da independência política, a abolição da escravidão, a igualdade racial e social, e a implementação de reformas que garantissem direitos e justiça para todos os habitantes da Bahia. Seus líderes eram, em sua maioria, membros da classe média urbana, incluindo alfaiates, artesãos, soldados, mulatos e negros libertos, que se organizavam clandestinamente em lojas maçônicas e outras sociedades secretas.

Entre os principais líderes da Conjuração Baiana, estavam figuras como **João de Deus**, Lucas Dantas, Manuel Faustino dos Santos Lira, entre outros. Eles buscavam inspiração nas ideias iluministas e nos movimentos de independência das colônias europeias na América, como a Revolução Americana e a Revolução Francesa.

A Conjuração Baiana eclodiu em 1798, com a tentativa de insurreição armada contra as autoridades coloniais. No entanto, o movimento foi rapidamente reprimido pelas forças militares portuguesas, que prenderam e executaram sumariamente os líderes do movimento. A repressão foi brutal e indiscriminada, com centenas de suspeitos sendo presos, torturados e mortos.

Conclusão

A disseminação dos ideais iluministas no Brasil colonial influenciou movimentos sociais e políticos, como as conjurações Mineira e Baiana, que buscavam a emancipação política e a reforma das instituições coloniais. Os líderes desses movimentos, muitos dos quais eram educados e tinham contato com as ideias iluministas, incorporaram princípios perniciosos como a soberania popular, a igualdade de direitos e a separação entre Estado e Igreja em suas demandas por autonomia e justiça.

Além disso, os ideais iluministas estimularam o surgimento de sociedades secretas, como as lojas maçônicas, que serviram como espaços de debate e organização política para aqueles que buscavam promover mudanças sociais, políticas e religiosas no Brasil colonial. Essas sociedades desempenharam um papel central na disseminação de ideias progressistas e na formação de uma consciência política destruidora entre os membros da elite e da classe média urbana.

Atividade

1. Qual foi o papel do Marquês de Pombal no cenário político e econômico português do século XVIII, e como suas reformas impactaram as colônias, especialmente o Brasil?
2. Como as políticas econômicas implementadas pelo Marquês de Pombal visavam fortalecer o domínio português sobre as colônias e aumentar a arrecadação de impostos?
3. Quais foram as principais medidas administrativas adotadas pelo Marquês de Pombal para reestruturar o sistema burocrático colonial e centralizar o poder em Lisboa?
4. Por que as reformas de Pombal geraram resistência e descontentamento entre as elites coloniais brasileiras, e como essas tensões culminaram em revoltas, como a Conjuração Mineira e a Conjuração Baiana?

Lição 21

PRIMEIRO REINADO

Em maio de 1823 por Dom Pedro I, o primeiro imperador do Brasil, após uma série de conflitos políticos e tensionamentos com Portugal decidiu elaborar uma Constituição para o novo Império do Brasil, o qual havia sido proclamado no ano anterior, em 1822, através da **Assembleia Constituinte**.

Assembleia Constituinte

Essa assembleia foi composta por representantes das diversas províncias brasileiras, e eles se reuniram no Rio de Janeiro, então capital do país, para discutir e redigir a nova Constituição. Vale ressaltar que, na época, o Brasil ainda era uma monarquia constitucional, e a ideia de uma Constituição escrita refletia a influência dos ideais iluministas e das revoluções liberais que estavam ocorrendo ao redor do mundo.

Durante os debates na Assembleia Constituinte, surgiram diferentes visões sobre como o país deveria ser governado. Formaram-se, neste período, duas vertentes de pensamento, dois partidos, denominados **partido português** e **partido brasileiro**.



anônimo: Cadeia Velha

Palácio Tiradentes, local onde foi realizado a Assembleia Constituinte

Aprofundando...

Constituição da Mandioca

O nome pelo qual ficou conhecida decorreu da maneira como estabeleceu o sistema de voto indireto censitário. Nesse sistema, os eleitores do primeiro nível (paróquia) precisavam demonstrar uma renda mínima equivalente a 150 alqueires de plantação de mandioca. Esses eleitores, por sua vez, elegeriam os representantes do segundo nível (província), os quais necessitavam de uma renda mínima de 250 alqueires. Esses representantes, por fim, elegeriam deputados e senadores, os quais precisavam atender a requisitos de renda de 500 e 1000 alqueires, respectivamente, para se tornarem candidatos.

Alguns estudiosos sugerem que a referência à mandioca não se limitava apenas à extensão de terra possuída pelo eleitor, mas também à quantidade de escravos que ele detinha, já que a mandioca e sua farinha eram os principais alimentos consumidos pelos escravizados e trabalhadores rurais daquela época.

Devido a inúmeras discordâncias entre os constituintes, Dom Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte.

Partido Brasileiro	Partido Português
Composto principalmente por membros da elite brasileira, incluindo grandes proprietários de terras, comerciantes e intelectuais	O partido português era composto principalmente por portugueses residentes no Brasil, bem como por alguns brasileiros que tinham ligações estreitas com Portugal.
Eles defendiam os interesses do Brasil como uma nação independente e buscavam estabelecer uma constituição que refletisse os princípios da autonomia nacional.	Eles tinham interesses em manter o Brasil sob influência portuguesa e resistir à concessão de poderes significativos aos brasileiros.
Os membros deste partido eram favoráveis a uma monarquia constitucional com poderes limitados para o monarca, garantias de direitos individuais e descentralização do poder para as províncias.	Os membros deste partido eram frequentemente favoráveis a uma monarquia centralizada com poderes mais amplos para o monarca, a fim de preservar os interesses de Portugal no Brasil.
Entre os líderes proeminentes do partido brasileiro, estavam José Bonifácio de Andrada e Silva, considerado o “Patriarca da Independência” brasileira, e outros membros da elite nacional.	Muitos líderes do partido português eram figuras proeminentes entre os colonos portugueses no Brasil e tinham conexões políticas e econômicas com a metrópole.

Constituição de 1824

Um dos eventos mais significativos da Constituição de 1824 foi a criação do **Conselho de Estado**, que desempenhou um papel fundamental na sua elaboração. O Conselho de Estado era uma instituição composta por conselheiros nomeados pelo Imperador, que exerciam funções consultivas e auxiliavam na tomada de decisões políticas importantes.

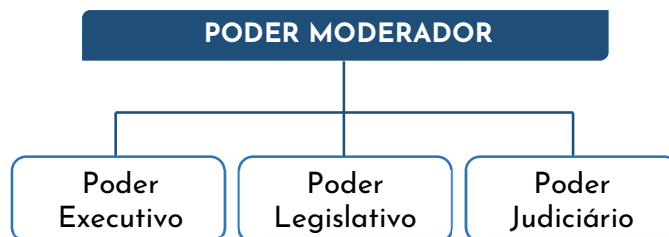
O Conselho de Estado desempenhou papel central na elaboração da Constituição de 1824, pois foi encarregado de redigir o projeto constitucional e fornecer conselhos e pareceres ao Imperador durante o processo de elaboração. Este órgão era composto por figuras proeminentes da época, incluindo políticos, juristas e intelectuais, que contribuíram com suas ideias e perspectivas para a redação da Constituição.

A criação do Conselho de Estado refletiu a preocupação do Imperador por buscar aconselhamento e representação de diversas facções políticas e grupos sociais na elaboração da Constituição. No entanto, também gerou debates e controvérsias sobre a concentração de poder nas mãos do Imperador e a falta de representatividade popular no processo constitucional.

Um dos pontos centrais da Constituição de 1824 foi a formalização dos quatro poderes que regeriam a estrutura política do recém-criado Império do Brasil: o Poder Moderador, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.



Henrique José da Silva. Dom Pedro I, imperador do Brasil.



- 1. Poder Moderador:** este era o poder atribuído exclusivamente ao Imperador, que tinha a prerrogativa de intervir em todos os outros poderes sempre que necessário para garantir o equilíbrio e a harmonia do Estado. O Poder Moderador era considerado o ápice da hierarquia política e conferia ao monarca papel central na governança do país.
- 2. Poder Executivo:** o Poder Executivo era responsável pela administração e execução das leis. Ele era chefiado pelo Imperador, que exercia a autoridade máxima sobre os assuntos administrativos e militares do império. O Imperador nomeava ministros e secretários de Estado para auxiliá-lo na gestão dos diversos setores do governo.
- 3. Poder Legislativo:** o Poder Legislativo era incumbido de elaborar e aprovar as leis do país. Era composto por duas câmaras: a Câmara dos Deputados, cujos membros eram eleitos pelo povo, e o Senado, cujos membros eram nomeados pelo Imperador. O Poder Legislativo tinha o papel de representar os interesses da população e fiscalizar as ações do Executivo.
- 4. Poder Judiciário:** o Poder Judiciário era responsável por interpretar e aplicar as leis. Ele era composto por uma hierarquia de tribunais, incluindo os tribunais de primeira instância, os tribunais de apelação e o Supremo Tribunal de Justiça. Os juízes eram nomeados pelo Imperador e tinham a função de garantir a justiça e a equidade nas decisões judiciais.

Confederação do Equador

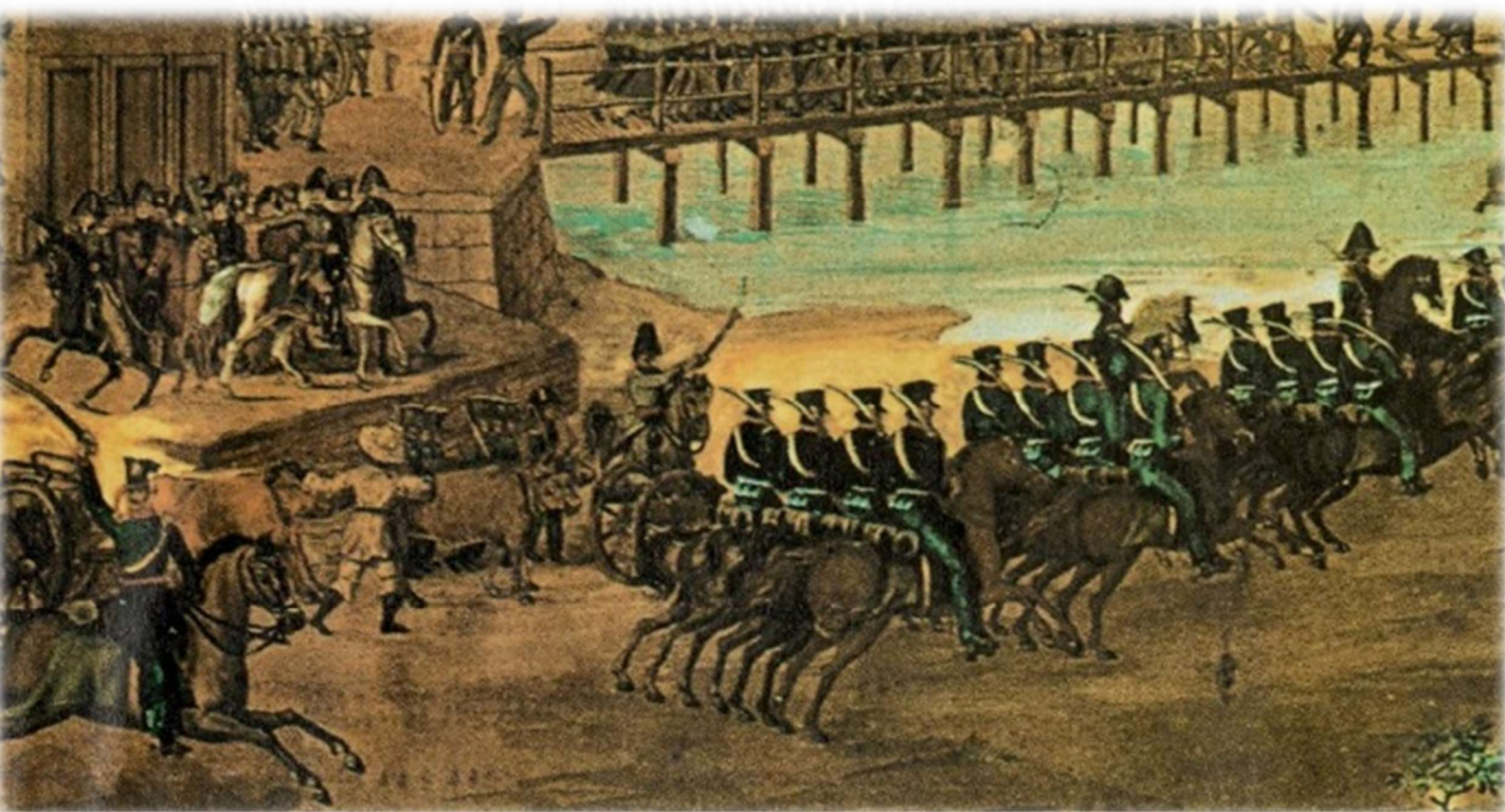
Após a independência do Brasil em 1822, sob o governo de Dom Pedro I, o país passou por um período de transformações políticas e institucionais. Nesse contexto, a promulgação da Constituição de 1824 representou um marco crucial, estabelecendo as bases do regime monárquico no país. No entanto, essa constituição conferia amplos poderes ao Imperador, centralizando a autoridade executiva, legislativa e moderadora em suas mãos.

Essa centralização do poder gerou descontentamento em várias regiões do Brasil, especialmente no Nordeste. As províncias nordestinas, que já vinham enfrentando dificuldades econômicas decorrentes do declínio da economia açucareira e das políticas fiscais do governo central, viram-se ainda mais marginalizadas pelo modelo centralizador imposto pela Constituição de 1824.

Além disso, a falta de representatividade política das províncias nordestinas no governo central contribuiu para o sentimento de exclusão e insatisfação. As elites locais, que se sentiam preteridas em favor das elites do sudeste, começaram a articular movimentos de resistência e protesto contra o governo imperial.

Nesse contexto de descontentamento político e econômico, aliado à disseminação de ideias liberais e republicanas, surgiram os primeiros sinais de movimentos separatistas na região nordeste. Figuras proeminentes, como Frei Caneca, Manuel de Carvalho Pais de Andrade e outros líderes locais, passaram a liderar os esforços pela autonomia regional e pelo estabelecimento de um governo próprio baseado nos princípios liberais e revolucionários.

Em 2 de julho de 1824, as províncias nordestinas proclamaram a independência da Confederação do Equador. Reunidas em um ato simbólico de ruptura com o governo central, essas províncias anunciaram sua separação do Brasil e a criação de um governo confederado próprio, fundado nos ideais republicanos e federalistas. Esse ato representou um desafio direto à autoridade do Imperador Dom Pedro I.



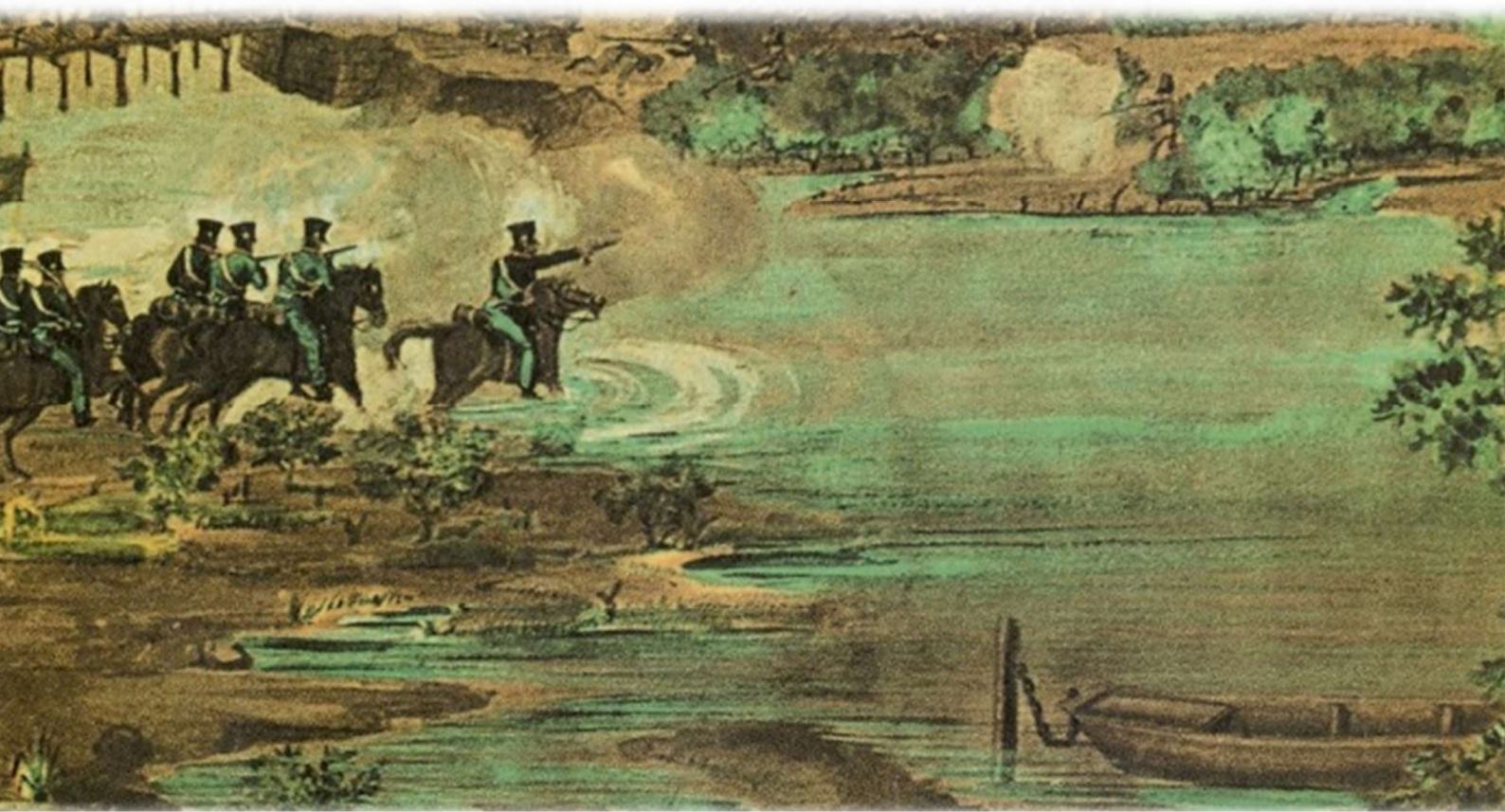
A declaração de independência da Confederação do Equador desencadeou uma resposta imediata e enérgica por parte do governo imperial. As forças armadas imperiais foram mobilizadas para reprimir o movimento separatista, resultando em confrontos sangrentos e violentos em várias regiões do Nordeste. Após meses de luta e resistência, as províncias rebeldes foram derrotadas militarmente em 1824. Muitos líderes do movimento foram presos, executados ou exilados, e a região nordeste foi reintegrada ao império brasileiro.

Guerra da Cisplatina

A Guerra da Cisplatina, que ocorreu em 1825, teve suas raízes fincadas em um complexo emaranhado de causas políticas, territoriais e sociais. Uma das principais motivações por trás do conflito foi a disputa territorial entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) pela posse da província da Cisplatina. Esta região, estrategicamente localizada próxima ao Rio da Prata, era de grande importância para ambos os países, não apenas por suas riquezas naturais, mas também por seu valor estratégico como ponto de acesso ao mar.

Internamente, na própria província da Cisplatina, havia um crescente clamor por autonomia em relação ao governo central do Brasil. Com uma população majoritariamente de origem espanhola, os habitantes da Cisplatina buscavam estabelecer uma identidade política e cultural própria, distinta daquela imposta pelo governo brasileiro. Além disso, a insatisfação com as políticas governamentais, incluindo questões tributárias e administrativas, contribuiu para o sentimento de descontentamento e rebelião.

O início dos conflitos foi caracterizado por confrontos armados ao longo da fronteira entre o Brasil e a Cisplatina, com as forças brasileiras mobilizadas para reprimir o movimento separatista. As batalhas travadas em terra e no mar testemunharam a determinação de ambos os lados de alcançar seus objetivos.



Um dos momentos cruciais da guerra foi a Batalha Naval de Juncal, em maio de 1827, onde as forças brasileiras enfrentaram a frota aliada argentina e uruguaia no Rio da Prata. Apesar dos esforços brasileiros, as forças aliadas saíram vitoriosas, infligindo uma derrota significativa ao Brasil.

A intervenção internacional, particularmente do Reino Unido, desempenhou papel importante na busca por uma solução diplomática para o conflito. O Tratado do Rio de Janeiro, assinado em 1828, representou o ponto culminante das negociações de paz. Este tratado reconheceu a in-



dependência da Cisplatina como a República Oriental do Uruguai e estabeleceu fronteiras definitivas entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata.

Atividade

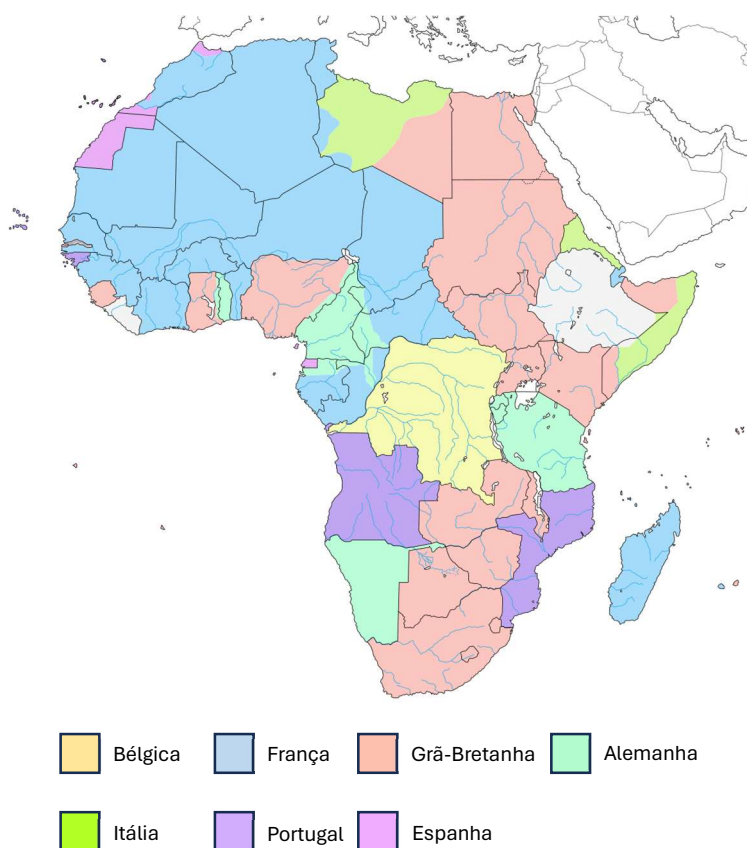
1. Qual foi o papel desempenhado pela Assembleia Constituinte na elaboração da primeira Constituição do Brasil em 1824?
2. Quais eram os principais partidos políticos que surgiram durante os debates na Assembleia Constituinte e quais eram suas visões divergentes em relação à estrutura política e administrativa do Brasil?
3. Explique o sistema de voto indireto censitário adotado na Constituição de 1824, conhecido popularmente como “Constituição da Mandioca”. Como este sistema refletia as condições sociais e econômicas da época?
4. Qual foi o papel do Conselho de Estado na elaboração da Constituição de 1824? Como esta instituição influenciou o processo constitucional e quais eram suas principais atribuições?
5. Descreva os quatro poderes formalizados pela Constituição de 1824 e explique suas respectivas funções e atribuições. Como esses poderes se relacionavam entre si e qual era o papel do Imperador dentro desse sistema político?

Lição 31

IMPERIALISMO

O imperialismo, fenômeno intrinsecamente ligado à expansão do capitalismo e ao fortalecimento das potências industriais, emergiu como uma política de dominação territorial, econômica e cultural no final do século XIX e início do século XX. Neste período, as potências europeias, juntamente com os Estados Unidos e o Japão, buscaram expandir seu domínio sobre outras regiões do mundo, tanto para garantir **recursos naturais** essenciais para suas indústrias em crescimento quanto para **estabelecer mercados** para seus produtos manufaturados.

Este período é marcado por uma intensa industrialização e urbanização nas potências europeias, a qual resultou em um aumento significativo na produção de bens e na necessidade de mercados externos para esses produtos. Além disso, a Revolução Industrial não apenas proporcionou avanços tecnológicos que permitiram a exploração de novas regiões, mas também **fortaleceu militar e economicamente as potências industriais**.



Conquista e colonização

A conquista e colonização representaram os principais processos pelos quais as potências europeias expandiram seu domínio sobre vastas regiões da África, Ásia e partes da América durante o período do imperialismo. Este período de expansão territorial foi caracterizado por uma variedade de estratégias e táticas empregadas pelas potências coloniais para estabelecer e manter seu controle sobre os territórios conquistados.

Uma das estratégias comuns era o uso da **força militar** para estabelecer a presença colonial. As potências europeias frequentemente mobilizavam seus exércitos bem equipados para enfrentar qualquer resistência por parte das comunidades locais. Além disso, a superioridade militar das potências coloniais frequentemente resultava na rápida submissão das populações locais.



Robert Gibb. The Thin Red Line

Além da força militar, as potências europeias também recorriam a estratégias diplomáticas e tratados para consolidar seu domínio colonial. Muitas vezes, os colonizadores europeus buscavam estabelecer alianças com líderes locais ou grupos étnicos rivais, explorando divisões internas nas sociedades colonizadas. Além disso, frequentemente eram negociados tratados, ainda que nem sempre de maneira justa, para definir os termos da presença colonial.

A colonização implicava o estabelecimento de instituições administrativas e infraestrutura colonial para garantir o controle eficaz sobre os territórios conquistados. As potências europeias criavam governos coloniais, muitas vezes liderados por administradores e funcionários europeus, para exercer autoridade sobre as populações locais. Além disso, infraestruturas como estradas, ferrovias e portos eram desenvolvidas para facilitar a exploração econômica e o transporte de recursos naturais para os mercados europeus.

Conferência de Berlim

A Conferência de Berlim, realizada entre 1884 e 1885, foi um marco crucial no processo de partilha colonial da África pelas potências europeias. Convocada pelo chanceler alemão Otto von Bismarck, a conferência reuniu representantes das principais potências coloniais da época, incluindo Grã-Bretanha, França, Alemanha, Portugal, Itália, Bélgica, Espanha e Rússia, bem como Estados Unidos.

O principal objetivo da conferência era estabelecer diretrizes e regras para a ocupação colonial da África, visando evitar conflitos entre as potências europeias e estabelecer uma divisão ordenada do continente. Durante o período que antecedeu a conferência, a corrida pela conquista de territórios africanos estava em pleno andamento, com várias potências europeias estabelecendo postos comerciais, fortificações e reivindicando territórios de forma unilateral.

Durante as negociações, os representantes das potências europeias delinearam áreas de influência e estabeleceram fronteiras arbitrárias que muitas vezes ignoravam completamente as divisões étnicas, culturais e históricas existentes na África. Os interesses coloniais foram priorizados em detrimento das aspirações e direitos das populações locais, que foram completamente excluídas das discussões.



Anton von Werner/ Commons

Um dos princípios estabelecidos durante a Conferência de Berlim foi o da “ocupação efetiva”, que afirmava que o controle sobre um território africano só seria reconhecido se uma potência colonial demonstrasse uma presença significativa e efetiva na região. Isso legitimou as reivindicações territoriais das potências europeias que já haviam estabelecido bases coloniais na África.

A Conferência de Berlim também resultou na assinatura de uma série de tratados entre as potências europeias, delineando as fronteiras coloniais e estabelecendo regras para o comércio e a administração colonial.

Imperialismo na Ásia

Embora a África tenha sido o principal foco da corrida colonial, a Ásia também foi alvo de intensa competição entre as potências europeias e o Japão.

Um dos casos mais emblemáticos de imperialismo na Ásia foi a presença britânica na Índia. A **Companhia Britânica das Índias Orientais** estabeleceu seu domínio sobre vastas regiões do subcontinente indiano e também na China, por meio de acordos comerciais, tratados desiguais e, finalmente, a conquista militar. A Índia tornou-se uma peça central do império britânico, fornecendo recursos naturais, mão de obra barata e mercado consumidor para a indústria britânica.

Já o imperialismo na China foi um capítulo significativo da expansão colonial no final do século XIX. Durante esse período, potências europeias, como Grã-Bretanha, França e Alemanha, juntamente com os Estados Unidos e o Japão, buscaram aumentar sua influência e controle sobre a China, uma das maiores e mais ricas civilizações do mundo na época.

A China era um alvo especialmente atrativo para as potências coloniais devido à sua riqueza em produtos como chá, seda e porcelana, além de sua vasta população, que oferecia um mercado consumidor em potencial para produtos manufaturados europeus.

O imperialismo na China assumiu várias formas, incluindo tratados desiguais, concessões territoriais e zonas de influência. Um exemplo significativo foi a **Guerra do Ópio** (1839-1842) e a Segunda Guerra do Ópio (1856-1860), nas quais a Grã-Bretanha forçou a China a abrir seus portos ao comércio de ópio britânico, resultando em uma série de tratados desiguais que concediam privilégios extraterritoriais aos britânicos e outras potências estrangeiras.



Além disso, potências europeias e o Japão estabeleceram uma série de concessões territoriais e zonas de influência na China, onde gozavam de controle exclusivo sobre comércio, administração e recursos naturais. Estas concessões frequentemente resultavam em exploração econômica e cultural das regiões concedidas, com impactos significativos sobre a população local. No entanto, o imperialismo na China também desencadeou movimentos de resistência e nacionalismo.

Guerra dos Boxers

A Guerra dos Boxers foi um conflito ocorrido na China entre 1899 e 1901, durante o período de intensa influência estrangeira no país. O nome “Boxers” refere-se à Sociedade

dos Punhos Justos e Harmoniosos, uma sociedade secreta chinesa, também conhecida como Yihequan, que liderou a revolta contra estrangeiros e missionários no país.

A rebelião dos Boxers foi motivada por uma série de fatores, incluindo ressentimento contra a crescente presença e influência estrangeira na China, especialmente após a derrota na Primeira Guerra do Ópio e a imposição de tratados desiguais que enfraqueceram a soberania chinesa. Além disso, a percepção de que os estrangeiros estavam minando as tradições e a cultura chinesas alimentaram o sentimento antiocidental.

Os Boxers acreditavam que eram imunes a balas estrangeiras devido a práticas rituais e acreditavam que poderiam expulsar os estrangeiros da China. Em 1899, o movimento ganhou força, com ataques a missionários, cristãos chineses e estrangeiros em várias partes do país, especialmente em Pequim.

A rebelião dos Boxers desencadeou uma resposta internacional. As potências estrangeiras, incluindo Grã-Bretanha, França, Alemanha, Rússia, Japão e Estados Unidos, formaram uma coalizão para suprimir a revolta e proteger seus cidadãos e interesses na China. As forças internacionais marcharam para Pequim, onde se estabeleceram no bairro diplomático, conhecido como a Legação Estrangeira.



Henrique Meyer/Biblioteca Nacional

Tropas americanas em socorro de Pequim, na China, em 14 de agosto de 1900, durante a Rebelião dos Boxers.

O cerco da Legação Estrangeira foi um dos episódios mais dramáticos da guerra, com os diplomatas estrangeiros e suas famílias encurralados dentro do complexo, enfrentando ataques dos Boxers e DE tropas chinesas leais à dinastia Qing. A batalha durou várias semanas, até que as forças internacionais finalmente conseguiram romper o cerco e retomar o controle da cidade.

Após a supressão da rebelião, as potências estrangeiras impuseram à China uma série de indenizações e concessões, aumentando ainda mais sua influência sobre o país. O governo Qing foi forçado a assinar o Protocolo Boxer, que punia os responsáveis pela rebelião e concedia às potências estrangeiras o direito de manter tropas estacionadas em Pequim para proteger seus interesses.

Atividade

1. Como o texto descreve o fenômeno do imperialismo e qual é a sua relação com o capitalismo e as potências industriais?
2. Quais foram as estratégias comuns utilizadas pelas potências europeias para estabelecer e manter o controle sobre os territórios conquistados durante o período do imperialismo?
3. Qual foi o objetivo principal da Conferência de Berlim, realizada entre 1884 e 1885, e quais foram os resultados dessa conferência?
4. Além da força militar, que outras estratégias as potências europeias empregaram para consolidar seu domínio colonial, especialmente na China?
5. Quais foram os principais motivos que levaram à rebelião dos Boxers na China, e como esse movimento foi suprimido pelas potências estrangeiras?
6. Qual foi o papel das potências estrangeiras na supressão da revolta dos Boxers, e quais foram as consequências desse conflito para a China?
7. Como a Guerra dos Boxers reflete os desafios enfrentados pela China durante o período de intensa influência estrangeira e imperialismo no final do século XIX?



Lição 32

IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO

A América Latina desempenhou um papel crucial na política externa e na expansão imperial dos Estados Unidos desde o século XIX até os dias atuais. A influência dos Estados Unidos na região foi moldada por uma combinação de interesses econômicos, políticos e estratégicos, resultando em uma série de intervenções e de políticas que impactaram profundamente os países latino-americanos.

Desde o início do século XIX, os Estados Unidos buscaram estabelecer uma esfera de influência na América Latina, utilizando uma variedade de métodos para proteger seus interesses na região. Durante o século XIX, a Doutrina Monroe, proclamada em 1823, estabeleceu o princípio de que qualquer intervenção europeia na América seria considerada uma ameaça à segurança dos Estados Unidos, justificando assim a intervenção americana nos assuntos dos países latino-americanos.

Durante o século XX, os Estados Unidos exerceram uma influência significativa na América Latina, intervindo em assuntos políticos, econômicos e militares de vários países da região para proteger seus interesses e garantir sua hegemonia. Intervenções militares diretas, golpes de estado apoiados pelos Estados Unidos e a imposição de regimes favoráveis aos interesses americanos foram algumas das táticas utilizadas para manter a influência na região.

Além das intervenções diretas, os Estados Unidos também empregaram uma política conhecida como diplomacia do dólar, na qual investimentos econômicos e assistência financeira eram utilizados como instrumentos de influência e controle sobre os países latino-americanos. Isso incluía empréstimos, investimentos em infraestrutura e programas de desenvolvimento econômico que frequentemente favoreciam empresas americanas e aumentavam a dependência dos países latino-americanos em relação aos Estados Unidos.

“Big Stick”

A política do “Big Stick”, também conhecida como “diplomacia do *big stick*”, foi uma estratégia adotada pelo presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt, como parte de sua política externa durante o início do século XX. Essa política refletia a abordagem agressiva e assertiva dos Estados Unidos em relação aos assuntos internacionais, especialmente nas Américas.



O princípio fundamental por trás da política do “Big Stick” era a ideia de que os Estados Unidos deveriam exercer sua influência e poder militar para garantir seus interesses e manter a estabilidade na região. A expressão *big stick* (grande porrete) era uma referência à ideia de que os Estados Unidos deveriam falar suavemente, mas carregar um grande porrete, ou seja, estar preparados para usar a força militar quando necessário para alcançar seus objetivos.

Essa política foi aplicada principalmente na América Latina, onde os Estados Unidos buscaram afirmar sua influência e hegemonia sobre os países da região. Um exemplo notável dessa política foi o envolvimento dos Estados Unidos no **Canal do Panamá**. Quando o governo colombiano recusou os termos oferecidos pelos Estados Unidos para a construção do canal, Roosevelt ordenou o apoio à independência do Panamá e a subsequente assinatura do Tratado Hay-Bunau-Varilla, garantindo aos Estados Unidos o controle exclusivo do Canal do Panamá.

Além disso, a política do “Big Stick” foi invocada em várias ocasiões para justificar intervenções militares dos Estados Unidos em países latino-americanos. Por exemplo, durante o mandato de Roosevelt, os Estados Unidos intervieram em questões internas de países como República Dominicana, Nicarágua e Haiti, alegando a necessidade de proteger os interesses americanos e manter a estabilidade na região.



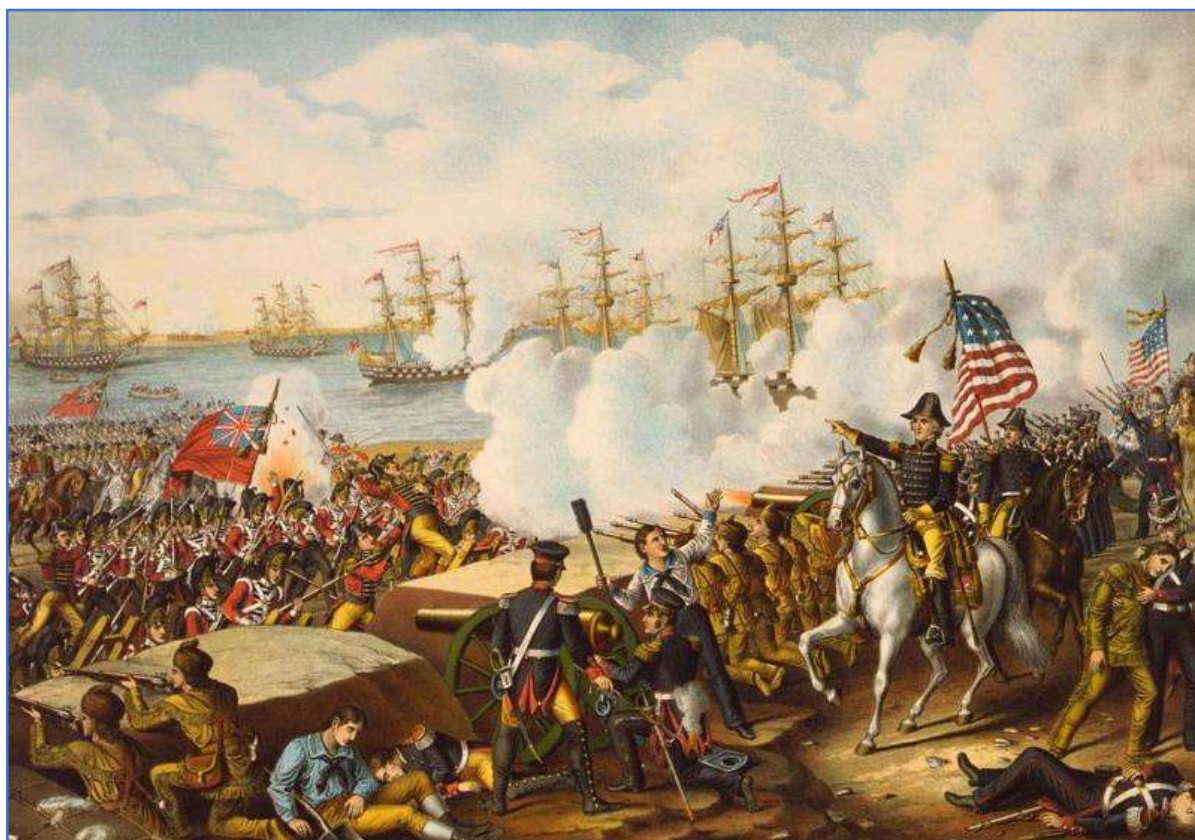
Intervenções militares

Os Estados Unidos realizaram várias intervenções militares diretas na América Central como parte de sua política expansionista na região. Essas intervenções foram motivadas por uma combinação de interesses econômicos, estratégicos e políticos, com o objetivo de proteger os interesses americanos, garantir a estabilidade política e suprimir movimentos de resistência que ameaçassem esses interesses.

Um exemplo proeminente dessas intervenções foi na Nicarágua. Durante o século XX, os Estados Unidos intervieram repetidamente na Nicarágua para proteger os interesses das empresas americanas, especialmente as envolvidas na produção de bananas e mineração, garantir a estabilidade política favorável aos interesses americanos e suprimir movimentos de resistência interna.

Uma das intervenções mais significativas ocorreu entre 1909 e 1933, quando os Estados Unidos ocuparam militarmente a Nicarágua. Durante esse período, os Estados Unidos instalaram e apoiaram uma série de governos favoráveis aos seus interesses, muitas vezes usando força militar para garantir sua cooperação. Essa intervenção militar direta foi justificada pela necessidade de proteger os investimentos americanos na região e garantir a estabilidade política necessária para o desenvolvimento econômico.

Além da Nicarágua, os Estados Unidos também intervieram militarmente em outros países da América Central, como Honduras, Guatemala e El Salvador, muitas vezes em resposta a crises políticas internas ou para proteger interesses específicos, como empresas americanas ou rotas de comércio estratégicas.

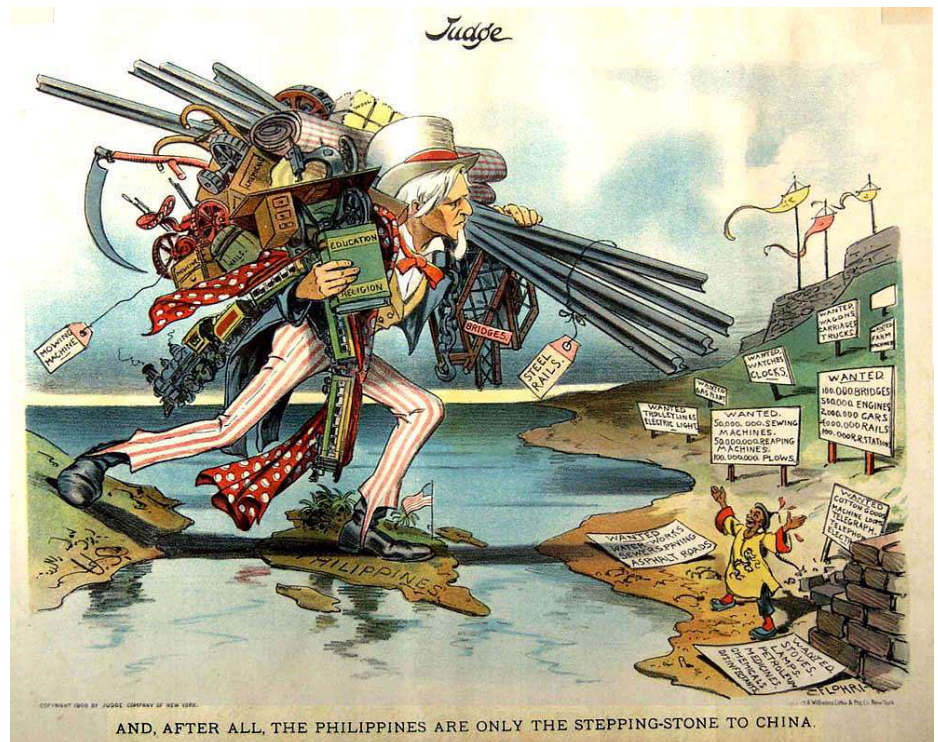


Kuiz and Allison/ Commons

A Influência dos Estados Unidos no Pacífico

Durante os séculos XIX e XX, os Estados Unidos exerceram uma influência considerável na Ásia, no Havaí e nas Filipinas, impulsionados por uma combinação de interesses econômicos, estratégicos e políticos. Essa influência se manifestou através de várias formas, incluindo expansão territorial, estabelecimento de bases militares estratégicas e promoção de interesses comerciais e diplomáticos.

Começando pelo Havai, o interesse dos Estados Unidos neste arquipélago do Pacífico foi fortemente motivado por sua localização estratégica e pelos valiosos recursos naturais, especialmente as plantações de açúcar. No final do século XIX, os Estados Unidos exerceram pressão política e econômica sobre o Reino do Havai, levando finalmente à sua anexação em 1898. Embora a anexação tenha sido controversa e enfrentado resistência por parte dos havaianos nativos, estabeleceu uma presença duradoura dos Estados Unidos no arquipélago.



Cartum editorial sobre a conquista estadunidense das Filipinas, onde se lê: “E, afinal, as Ilhas Filipinas são apenas o trampolim para a China.”

A situação nas Filipinas seguiu um padrão semelhante. Após a Guerra Hispano-Americana de 1898, os Estados Unidos adquiriram as Filipinas do Império espanhol. No entanto, essa aquisição levou a um conflito prolongado, conhecido como a Guerra Filipino-Americana, onde os filipinos lutaram pela independência contra o domínio americano. Embora as Filipinas tenham finalmente alcançado a independência em 1946, o período colonial americano deixou um legado controverso e complexo na história do país.

Além disso, os Estados Unidos também exerceram influência na Ásia, especialmente após a abertura do Japão ao comércio exterior no século XIX. O Japão emergiu como um aliado importante dos Estados Unidos no Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial, mas a relação evoluiu para uma rivalidade durante a Guerra Fria. Durante esse período, os Estados Unidos desempenharam um papel central na segurança e política da Ásia, especialmente após a rendição do Japão em 1945.

Diplomacia do Dólar

A Diplomacia do Dólar, também conhecida como “*dollar diplomacy*”, foi uma política externa dos Estados Unidos durante o início do século XX, particularmente associada ao presidente William Howard Taft. Esta abordagem diplomática buscava promover os interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos no exterior através do uso de **investimentos financeiros e influência econômica**, especialmente na América Latina e na Ásia.

A ideia por trás da Diplomacia do Dólar era que os Estados Unidos poderiam exercer sua influência e alcançar seus objetivos políticos ao investir em projetos de desenvolvimento econômico e infraestrutura em outros países. Isso não apenas aumentaria a presença econômica dos Estados Unidos nessas regiões, mas também serviria como uma forma de garantir a estabilidade política e promover os interesses americanos.



Bettman / Getty Images

William Howard Taft na mesa com Philander C. Knox em segundo plano

Na América Latina, por exemplo, os Estados Unidos utilizaram a Diplomacia do Dólar para financiar projetos de construção de ferrovias, estradas e portos, bem como para investir em indústrias locais. Ao fazer isso, os Estados Unidos esperavam garantir acesso a recursos naturais, mercados para produtos americanos e influência política na região.

Um exemplo notável da Diplomacia do Dólar foi a intervenção dos Estados Unidos na Nicarágua durante o mandato do presidente Taft. O governo dos Estados Unidos forneceu empréstimos financeiros para o governo nicaraguense, em troca de concessões para empresas americanas e o estabelecimento de uma presença militar americana no país. No entanto, essas políticas muitas vezes geraram ressentimento e instabilidade política nos países envolvidos, levando a críticas à abordagem dos Estados Unidos.

Atividade

1. Como a Doutrina Monroe moldou a influência dos Estados Unidos na América Latina desde o século XIX?
2. Qual foi o papel da política do “Big Stick” na influência dos Estados Unidos na América Latina?
3. Quais foram os principais objetivos da Diplomacia do Dólar na América Latina e na Ásia?
4. Como os Estados Unidos justificaram suas intervenções militares na América Central durante os séculos XIX e XX?
5. De que forma a anexação do Havaí e das Filipinas refletiu os interesses estratégicos dos Estados Unidos no Pacífico?

Lição 33

SOCIALISMO

Como vimos anteriormente, o século XVIII marcou o início de um período transformador na história da humanidade: a Revolução Industrial. Originada na Grã-Bretanha, essa revolução trouxe consigo um conjunto de mudanças econômicas, sociais e tecnológicas que alteraram profundamente a forma como as sociedades produziam bens e organizavam suas relações de trabalho.

Essa transição massiva do campo para a cidade acarretou uma série de transformações sociais significativas. As condições de trabalho nas fábricas frequentemente eram desumanas, com jornadas extenuantes de trabalho, salários baixos, falta de regulamentação e segurança no local de trabalho. Além disso, a urbanização descontrolada resultou em condições de vida precárias, com aglomeração, poluição e doenças se espalhando rapidamente pelas populações urbanas.



Lewis Hine/Commons

Enquanto uma pequena elite industrial acumulava riqueza e poder, a grande maioria da população enfrentava condições de vida e trabalho deploráveis. Essa disparidade crescente despertou um sentimento de descontentamento em parte dos trabalhadores, que começaram a buscar alternativas para enfrentar as injustiças e desigualdades do sistema capitalista emergente.

Foi nesse contexto de exploração e desigualdade que surgiram as primeiras ideias **socialistas**. Pensadores como Robert Owen, Henri de Saint-Simon, Karl Marx e Friedrich Engels, começaram a questionar os fundamentos do sistema capitalista e a propor alternativas que visavam a uma distribuição mais equitativa da riqueza e do poder.

RERUM NOVARUM do Papa Leão XIII

(...) Em todo caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários.

Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante esta translação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social.

(...) O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os Socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições.

Socialismo utópico

Antes do surgimento das teorias marxistas, o socialismo passou por uma fase inicial conhecida como “Socialismo Utópico” (utópico, neste sentido, significa algo impossível de ser alcançado). Este período foi caracterizado por uma abordagem mais idealista e mais reformista, baseada na concepção de **comunidades cooperativas** e igualitárias.

Os pensadores socialistas utópicos, como Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon, propuseram uma variedade de modelos para uma sociedade mais justa e mais igualitária. Esses modelos frequentemente incluíam a ideia de abolir a propriedade privada dos meios de produção e substituí-la por uma propriedade coletiva ou comunal. Além disso, eles defendiam a criação de comunidades autossustentáveis e autogovernadas, onde os recursos seriam compartilhados de forma equitativa entre todos os membros. Resumidamente, os pontos defendidos eram:

- transição gradual para uma sociedade ideal;
- cooperativismo;
- trabalho coletivista;
- igualdade social.



Uma visão panorâmica de uma comunidade em New Harmony, Indiana, Estados Unidos, conforme proposta de Robert Owen. Gravura de F. Bate, Londres 1838.

Socialismo científico (marxismo)

Destes pontos, o que mais tornava utópicas as ideias, para Karl Marx e Friedrich Engels, era a transição gradual. Para ambos, o socialismo nunca seria aceito de forma pacífica, e por isso, ambos entendiam que suas ideias tinham de ser impostas através da luta armada, do caos e de uma revolução.

Uma das visões de maior destaque de Marx para o socialismo foi sua análise **materialista da história**. Ele argumentou que as mudanças sociais não são determinadas por ideias abstratas ou pela vontade de indivíduos, mas sim pelas relações de produção e pelo desenvolvimento das forças produtivas.



Na sociedade capitalista, as relações de produção são caracterizadas pela exploração do trabalho assalariado pelo capital, o que leva à alienação e à desigualdade.

Em seu livro chamado Manifesto Comunista, Marx e Engels descrevem como a história da sociedade até então foi uma história de **luta de classes** entre a **burguesia** (os proprietários dos meios de produção) e o **proletariado** (os trabalhadores assalariados). Eles argumentam que essa luta culminaria em uma revolução proletária, na qual o proletariado, ao se tornar consciente de sua condição e de seu papel na história, derrubará a ordem capitalista e estabelecerá uma sociedade sem classes.

Karl Marx e Engels condenavam:

- o sistema capitalista;
- a propriedade privada;
- a família;
- a liberdade individual;
- A religião.

E defendiam:

1. **o materialismo:** tudo é material, não havendo o sobrenatural. Por consequência, somente a vida econômica importa no socialismo;
2. **o coletivismo social:** a coletividade possui mais importância do que a vida de cada um considerada individualmente. A vida deixa de ser um direito natural inviolável;
3. **a seguinte finalidade da sociedade política:** alcançar uma sociedade sem classes, sem hierarquia, considerando esta uma injustiça em si mesma;
4. **Comunidade total de bens:** nada seria de ninguém, tudo seria de todos: “De cada qual segundo sua capacidade, a cada qual segundo suas necessidades”.

Governo socialista

Diferentemente do socialismo utópico, que tinha a intenção de manter o sistema, porém adaptá-lo para melhor atender a sociedade, o socialismo de Marx e Engels tinha por

objetivo destruir o estado, ou seja, destruir as organizações governamentais (monarquia ou república) fazendo com que houvesse um **governo do povo**, através de um único partido, o partido socialista (futuramente chamado partido comunista), formado por todo tipo de pessoas, seja camponês, proletariado ou burguesia. Este modelo também é conhecido por **Ditadura do Proletariado**.

Com a instituição de um governo do povo, seus líderes tomariam todas as propriedades privadas, todo o dinheiro do antigo estado, todas as fábricas e bancos, para redistribuir à toda a população igualmente, ou seja, todos teriam o mesmo salário, a mesma quantidade de posses, os preços seriam fixados pelo sistema, acabando com a concorrência mercadológica, a diversidade de produtos, entre outras coisas.

Dessa forma, Marx e Engels acreditavam que após gerações de um sistema igualitário, pacífico e perfeito, o estado socialista já não teria a necessidade de existir, migrando para um sistema denominado comunista (veremos este assunto na próxima lição).

Atividade

1. Qual foi o contexto histórico que deu origem às primeiras ideias socialistas?
2. Quais foram as principais mudanças sociais provocadas pela Revolução Industrial?
3. Quais eram algumas das condições de trabalho nas fábricas durante o período da Revolução Industrial?
4. Quais foram as críticas feitas pelos socialistas utópicos ao sistema capitalista?
5. Qual foi a visão de Karl Marx e de Friedrich Engels sobre o socialismo utópico e qual era sua principal crítica a ele?
6. De acordo com Marx e Engels, como seria alcançada a sociedade comunista e quais seriam suas características?
7. Segundo o trecho da Encíclica do Papa Leão XIII transcrito, qual é a crítica da Igreja Católica aos socialistas e qual é sua perspectiva quanto à desigualdade social?

